nos termos de acordo firmado pela Câmara Regional do Grande ABC, em janeiro de 2000, com a participação de pesquisadores da Universidade do Grande ABC, Consórcio Intermunicipal da bacia do Alto Tamandateí e Billings – que integra e representa os sete municípios do ABC – e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, com assessoria técnica do Condephaat, representando o governo do estado. O projeto se propõe a construir coletivamente uma metodologia de investigação do espaço urbano para a identificação do patrimônio cultural e ambiental, marcos da identidade local e regional, possibilitando uma interpretação sobre a necessidade de intervenções de requalificação urbana a partir da percepção do espaço. Para tanto, reúne a experiência do grupo de pesquisadores, na percepção poética e intelectual das relações entre arte e cidade, natureza e cultura, história e memória, ao conhecimento técnico daqueles que trabalham e vivenciam o cotidiano das cidades e as memórias e imagens dos que ali vivem. Sua realização se dará por meio do debate conceitual e metodológico e de visitas de campo com a elaboração de registros de imagens, desenhos, fotos, mapas mentais, integrando memória e imagem e possibilitando novos e múltiplos pontos de vista. Assim, promove o debate sobre políticas públicas, envolvendo qualidade de vida e bem-estar da população, na direção de identificar e afirmar identidades, seja de ser cidadão que tem memória e realiza vivências, produzindo experiência individual e coletiva, seja do lugar que apresenta imagens únicas, produzindo referência e orientação. Identidades essas que são fundantes na constituição e configuração do cenário do acontecimento do ser: a cidade.

135

Reparação de danos e ajustamento de conduta em matéria urbanística

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/13724-7
Vigência: 1/2/2002 a 31/3/2006

Dentre as atribuições do Ministério Público, estão, no âmbito criminal, a titularidade exclusiva da ação penal pública, enquanto, na esfera cível, além de atuar como fiscal da lei cabe-lhe instaurar procedimento (inquérito civil ou procedimento preparatório de inquérito civil) para investigar danos a interesses difusos e coletivos. Concluída a investigação, pode-se chegar à propositura de ação civil pública ou a um termo de ajustamento de conduta que visarão à reparação do dano causado. Na área de habitação e urbanismo, um dos casos típicos de atuação do Ministério Público é em relação a edificações ou loteamentos irregulares e/ou clandestinos, uma vez que a ofensa aos padrões urbanísticos atinge a coletividade como um

todo. São objetivos do presente projeto a elaboração de padrões de regularização que permitam melhor adequação de implantações irregulares à legislação vigente, com melhoria da qualidade de vida da coletividade e efetiva reparação dos danos causados. Tais projetos deverão servir de subsídio para a elaboração dos termos de ajustamento de conduta ou a pedidos a serem formulados nas ações civis públicas. O diálogo entre as áreas técnica e jurídica e a própria discussão da legislação vigente permitirão uma ação mais realista e efetiva, acenando, ainda, com a possibilidade de subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas adequadas para habitações de interesse social e para a implantação de equipamentos. A primeira fase do projeto deverá: 1) consolidar a equipe técnica e proceder ao levantamento e sistematização dos procedimentos existentes nas promotorias da Região Metropolitana de São Paulo e das ações em curso a partir de 1996, ano em que o Caohurb foi implantado; identificar situações típicas; desenvolver projeto-piloto (proposta de alternativas urbanísticas) em um procedimento a ser escolhido, na RMSP; 3) formular alternativas para a reparação dos danos causados no caso estudado; 4) promover seminário entre promotores, agentes públicos municipais (da RMSP) vinculados à aprovação e controle de uso e ocupação do solo e universidade. O prosseguimento envolverá o desenvolvimento de projetos para as diversas tipologias de situações identificadas, bem como alternativas para a reparação dos danos urbanísticos e ambientais e metodologia para sua escolha e aplicação.

PSICOLOGIA

136

Desenvolvimento de indicadores sociais e sistematização de sua manutenção: um estudo para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) em São José do Rio Preto, SP

Raul Aragão Martins
Instituto de Biociências, Letras e Ciências
Exatas de São José do Rio Preto
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Processo 2007/55314-9
Vigência: 1/1/2009 a 30/6/2009

O projeto tem como objetivo levantar e organizar informações em um sistema sobre crianças em situação de risco social, mulheres submetidas à violência e à prostituição, idosos, moradores de rua e portadores de deficiência. Esse sistema tem por finalidade principal definir princípios, normas, critérios e aspectos técnicos gerais para dar condições para a construção de ações de políticas públicas em consonância com as diretrizes do Suas. Utilizar-se-ão metodologias que priorizarão a sistematização das infor-

mações já existentes, levantamentos censitários e a testagem da técnica captura-recaptura. Espera-se desenvolver um procedimento simples e exequível de coleta e análise de informações sociais das populações estudadas.

137

Avaliação de internações psiquiátricas na região de Ribeirão Preto, SP, entre 1998 e 2004, e suas relações com a rede extra-hospitalar de saúde mental

Manoel Antônio dos Santos

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2006/51738-6

Vigência: 1/12/2006 a 28/2/2010

Considerando que a partir de 2001 ocorreu aumento do índice de internação no Hospital Santa Teresa - Ribeirão Preto (HSTRP) e que, atualmente, se verifica um alto número de reinternações no mesmo hospital, esta pesquisa objetiva identificar e estudar os fatores associados ao alto número de reinternações no HSTRP, caracterizar os pacientes internados entre 1998 e 2004 e os serviços extra-hospitalares de saúde mental de Ribeirão Preto e verificar eventuais mudanças nas internações em função das variáveis de perfil da clientela e/ou funcionamento dos serviços extra-hospitalares. Para tanto serão analisadas informações sobre internações nas enfermarias de psiquiatria do HC-FMRP e nas enfermarias do HSTRP no referido período.

138

Transição da educação para o trabalho e construção de projetos profissionais na comunidade escolar: parâmetros para a elaboração de um modelo de política pública em orientação profissional no ensino médio

Yvette Piha Lehman

Instituto de Psicologia

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2003/07187-7

Vigência: 1/7/2004 a 31/12/2004

A falta de um projeto nas escolas públicas que contemple aspectos de cidadania e inclusão social afeta diretamente a qualidade de vinculação do jovem com o aprendizado e sua trajetória profissional. As escolas devem poder incluir em seu projeto educativo a construção da identidade pessoal, apresentando possibilidades de inserção social e profissional, não servindo apenas de espaço de replicação de conteúdos didáticos. Nesse sentido, um dos aspectos relegados a um segundo plano nas políticas públicas do ensino médio é a dificuldade de inserção do jovem na estrutura ocupacional, o que tem produzido

um cenário de inviabilidade de escolhas profissionais e impossibilidade da construção de um projeto profissional. As ações de orientação profissional nesse contexto têm sido apenas pontuais e de alcance restrito. A escola parece-nos o espaço ideal para ações que visem levar o jovem a refletir sobre as questões de trabalho, mercado, necessidades pessoais, instrumentando-o a lidar com mais propriedade diante das situações complexas que resultam hoje da relação capital-trabalho. Assim faz-se necessário o desenvolvimento de um novo modelo de orientação profissional a ser implementado no ensino médio da escola pública, levando-se em conta a especificidade dessa população, das características e potencialidades do mercado de trabalho do Estado de São Paulo. A proposta é desenvolver um projeto experimental em uma escola pública de grande porte. Posterior organização e implementação em escala de um modelo de intervenção, por meio da produção de material didático ilustrativo e treinamento de professores multiplicadores. Com essas ações, visamos: ampliar a discussão sobre o mundo do trabalho na escola; possibilitar um desenvolvimento de sujeitos autônomos, mas integrados aos grupos; instrumentar a construção de projetos profissionais mais realistas e flexíveis; fazer da escola um espaço de integração e desenvolvimento profissional da comunidade (alunos, pais, funcionários e professores).

139

Subsídios para a implantação da rede de atenção integral ao adolescente

Rosalina Carvalho da Silva

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 2003/06392-6

Vigência: 1/6/2004 a 31/7/2005

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) vem coordenando uma série de esforços no sentido de constituir uma integração da atenção prestada à criança e ao adolescente no município de Ribeirão Preto. Muitas discussões e trabalhos vêm sendo realizados envolvendo os vários setores da sociedade civil e as secretarias municipais. Alguns pontos críticos são apontados no tocante à implementação de políticas públicas de atenção integral à criança e ao jovem, entre os quais estão as falhas no diagnóstico e nas propostas de implementação de serviços. Independentemente da boa intenção dos agentes envolvidos na prática, nem sempre ocorre um correto diagnóstico da situação, o que compromete as propostas de solução. Essas falhas ocorrem, muitas vezes, por conta da limitação do desenvolvimento técnico, tanto dos programas quanto dos agentes sociais, que não têm conseguindo abarcar um universo maior que aquele circunscrito à vizinhança dos agentes e programas